



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191121001869  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 17f8-e129-75f7-dea6

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



# TUA

## TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

*O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.*

*O TUA compreende todas as decisões de licenciamento aplicáveis ao pedido efetuado, devendo ser integrado no respetivo título de licenciamento da atividade económica.*

### DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20191121000412
REQUERENTE	Eólica do Sincelo, S.A.
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	508266009
ESTABELECIMENTO	Parque Eólico do Sincelo
LOCALIZAÇÃO	Pera do Moço
CAE	35113 - Produção de eletricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n e.

### CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



PRÉVIAS LICENCIAMENTO



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO



CONSTRUÇÃO



EXPLORAÇÃO



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191121001869  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 17f8-e129-75f7-dea6

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## ENQUADRAMENTO

### SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
AIA	PL20190122000203	X	X	Anexo II, n.º 3, alínea i) - Artigo 1.º n.º 3, alínea b), subalínea iii) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual	21-11-2019	20-11-2023	-	Sim	Deferido condicionado	Agência Portuguesa do Ambiente



## LOCALIZAÇÃO

### Mapa



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191121001869  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 17f8-e129-75f7-dea6

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## Área poligonal

Vertice	-
Meridiana	-
Perpendicular à meridiana	-

## Confrontações

Norte	-
Sul	-
Este	-
Oeste	-



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191121001869  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 17f8-e129-75f7-dea6

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

## Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)	0.00
Área coberta (m2)	0.00
Área total (m2)	0.00

## Localização

Localização	Zona Rural
-------------	------------



## PRÉVIAS LICENCIAMENTO

### Medidas /Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	



## PRÉVIAS CONSTRUÇÃO

### Medidas /Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191121001869  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 17f8-e129-75f7-dea6

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## CONSTRUÇÃO

### Medidas / Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	



## EXPLORAÇÃO

### Medidas / Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	



## DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO

### Medidas / Condições a cumprir relativamente ao encerramentos e ou desativação da instalação

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	



CÓDIGO DOCUMENTO: D20191121001869  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 17f8-e129-75f7-dea6

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

### Comunicações a efetuar à Administração

Tipo de informação/Parâmetros	Formato de reporte	Data de reporte	Entidade
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



## ANEXOS TUA

### Anexos

Código	Anexo	Descrição
C068156	AIA3272_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

## Declaração de Impacte Ambiental (Anexo ao TUA)

<b>Designação do projeto</b>	Parque Eólico do Sincelo
<b>Fase em que se encontra o projeto</b>	Projeto de Execução
<b>Tipologia do projeto</b>	Anexo II, n.º 3, alínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Enquadramento no regime jurídico de AIA</b>	Artigo 1.º, n.º 3, alínea b), subalínea iii) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
<b>Localização</b> (freguesias e concelho)	Freguesias de Gonçalbocas, Pêra de Moço, UF de Avelãs de Ambom e Rocamondo, Vila Franca do Deão, Alvendre e Codesseiro, no concelho da Guarda
	Agregação das freguesias de Sul de Pinhel no concelho de Pinhel
	União de freguesias de Açores e Velosa, UF de Celorico e Vila Boa do Mondego, freguesia de Baraçal e freguesia de Forno Telheiro, no concelho de Celorico da Beira
<b>Identificação das áreas sensíveis</b>	Não são afetadas áreas sensíveis definidas nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
<b>Proponente</b>	Eólica do Sincelo, S.A.
<b>Entidade licenciadora</b>	Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
<b>Autoridade de AIA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

<b>Descrição sumária do projeto</b>	<p>O Parque Eólico do Sincelo integra dois Sub-Parques (o Sub-Parque de Argomil-Mouro e o Sub-Parque de Galo-Rainha) e terá associadas duas linhas elétricas e uma subestação 60/220 kV. Os Sub-Parques distam sensivelmente 2,5 km entre eles. Em cada Sub-Parque existirá uma subestação de 20/60 kV.</p> <p>Cada um dos Sub-Parques terá uma potência máxima instalada de 46,8 MW e será constituído por 13 aerogeradores. As ligações elétricas internas dentro de cada Sub-Parque serão feitas por cabos subterrâneos entre os aerogeradores e cada subestação de 20/60 kV. No total, o projeto compreenderá 26 aerogeradores e terá uma potência instalada de 93,6 MW.</p> <p>A ligação elétrica do projeto à rede pública será assegurada por duas linhas: uma linha a 60 kV, com aproximadamente 15,5 km até à Subestação (SE) do Sincelo, a construir no âmbito do presente projeto. Nesta SE far-se-á a elevação da tensão até aos 220 kV. Deste ponto partirá uma linha a 220 kV, com cerca de 8,5 km, que ligará à Subestação de Chafariz (já existente), da REN.</p>
-------------------------------------	---

	<p>O projeto em estudo insere-se em territórios dos concelhos da Guarda, Pinhel e Celorico da Beira (este último, no caso da subestação de 60/220 kV e das linhas elétricas aéreas de 60 kV e 220 kV), todos pertencentes ao distrito da Guarda. O Sub-Parque de Argomil-Mouro fica localizado nos concelhos da Guarda e Pinhel e o Sub-Parque de Galo-Rainha apenas no concelho da Guarda.</p> <p>A fase de construção dos Sub-Parques eólicos terá uma duração de cerca de 10 meses. Para a linha elétrica aérea a 60 kV prevê-se um período de construção de cerca de 9 meses e para a linha elétrica aérea de 220 kV prevê-se um período de construção de cerca de 7 meses. Para a Subestação do Sincelo, de interface 60/220 kV o período de construção estimado será de cerca de 9 meses. A fase de exploração está estimada em 25 anos.</p>
<p><b>Síntese do procedimento</b></p>	<p>O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 12/03/2019, após receção de todos os elementos necessários à boa instrução do mesmo e confirmação, por parte da entidade licenciadora.</p> <p>A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da própria APA, e das seguintes entidades: Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Direção-Geral de Saúde (DGS) / Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro) e Instituto Superior de Agronomia / Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (ISA/CEABN).</p> <p>A metodologia adotada para concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação da Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), da documentação adicional e consulta do projeto de execução: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Foi considerada necessária a apresentação de elementos adicionais, os quais foram submetidos sob a forma de Aditamento ao EIA.</li> <li>– Após análise deste documento, foi considerado que dava resposta às lacunas e dúvidas anteriormente identificadas pelo que o EIA foi declarado conforme a 21 de junho de 2019.</li> <li>– Sem prejuízo de ter sido dada a conformidade ao EIA, a CA considerou que persistiam ainda questões/elementos por apresentar e esclarecer relativamente ao Património Cultural, pelo que foi solicitada a apresentação de elementos complementares (a qual veio a acontecer a 21 de junho de 2019).</li> <li>– Abertura de um período de Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, de 28 de junho a 8 de agosto de 2019.</li> </ul> </li> <li>• Solicitação de parecer específico às seguintes entidades externas: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e Comunidade</li> </ul>

	<p>Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, CIMBSE.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita de reconhecimento ao local de implantação do projeto no dia 2 de agosto de 2019, tendo estado presentes representantes da CA, do proponente da empresa que elaborou o EIA.</li> <li>• Apreciação ambiental do projeto, com base na informação disponibilizada no EIA e respetivo Aditamento e Elementos Complementares, tendo em conta as valências das entidades representadas na CA, integrada com as informações recolhidas durante a visita ao local e ponderados todos os fatores em presença, a participação pública.</li> <li>• Elaboração do Parecer Final da CA, que visa apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto.</li> <li>• Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública.</li> <li>• Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, e de diligências complementares.</li> <li>• Análise da pronúncia apresentada em sede de audiência de interessados e emissão da presente decisão.</li> </ul>
<p><b>Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas</b></p>	<p>No âmbito da consulta às entidades externas à CA, prevista no n.º 10 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, foram recebidos os seguintes pareceres:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) – apresenta o enquadramento do projeto relativamente à Rede Nacional de Áreas Protegidas; à Rede Natura 2000, nomeadamente; às Matas Nacionais e Perímetros Florestais; e ainda às Zonas de Proteção de Arvoredo de Interesse Público. Dá uma série de recomendações que passam pelo cumprimento de legislação específica, e solicita medidas concretas:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– A sinalização intensiva para aves (BFD) em determinados troços da linha a 220 kV;</li> <li>– A introdução de medidas normalizadas (EDP) antipouso e antinidificação na linha a 60 kV;</li> <li>– Alterações aos planos de monitorização (avifauna, quirópteros e lobo-ibérico)</li> </ul> </li> <li>• Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, CIMBSE – No exercício das competências conferidas pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, propõe a emissão de parecer favorável ao desenvolvimento do projeto em apreço, desde que cumpridos todos os normativos legais e regulamentares aplicáveis em vigor.</li> </ul>

**Síntese do resultado da  
consulta pública e sua  
consideração na decisão**

Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, a Consulta Pública (CP) decorreu durante 30 dias úteis, de 28 de junho a 8 de agosto de 2019, tendo sido recebidas sete exposições.

A **ANACOM** informa da inexistência de condicionantes de natureza radioelétrica, aplicáveis aos locais em avaliação pelo que não coloca objeção à implantação do projeto naquela área.

A **DGADR** informa que o projeto não interfere com quaisquer áreas, estudos ou projetos no âmbito das suas atribuições e competências, pelo que nada tem a opor.

A **DGT** informa que o projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas por si desenvolvidas pois, embora existam, dentro da área de estudo, alguns vértices geodésicos, é respeitada a zona de proteção dos marcos e suas visibilidades.

Quanto aos limites administrativos recomenda que as peças desenhadas contenham a representação dos limites administrativos, concelho e freguesia e a referência na legenda aos mesmos, bem como a referência à CAOP utilizada.

No que à cartografia diz respeito, alerta para questões de carácter técnico legal que, a não serem colmatadas, deverão condicionar a prossecução do projeto.

A **DRAP Centro** informa que relativamente à condicionante RAN deve ser solicitada à Entidade Regional de Reserva Agrícola do Centro, parecer prévio vinculativo.

O **EMFA** informa que o projeto não se encontra abrangido por qualquer servidão de unidades afetas à Força Aérea, pelo que não se opõe à sua implantação. Realça, no entanto, que deve ser informado do início dos trabalhos e que, após a instalação dos aerogeradores, deverão ser facultados elementos que permitam aferir quer as coordenadas de instalação, quer a sua altura máxima. Por último, informa que a balizagem aeronáutica deve estar de acordo com as normas expressas na circular de informação aeronáutica 19/2003, de 6 de maio da ANAC.

A **REN** informa que algumas infraestruturas do Parque Eólico cruzam zonas de servidão da RNT mas desde que sejam respeitadas as distâncias de segurança previstas na legislação às infraestruturas da RNTGN e da RNT, e que antes da realização de quaisquer trabalhos naquelas faixas de servidão, a REN seja informada da sua ocorrência, com pelo menos 15 dias úteis de antecedência, não tem quaisquer outras objeções à implantação do projeto.

Os **proprietários da Quinta das Nascentes**, localizada em Verdugal, Pêra do Moço, manifestam a sua preocupação quanto à afetação da sua propriedade relativamente ao fator ambiental Ambiente Sonoro, designadamente pela proximidade do aerogerador AG2 do Sub-Parque Galo-Rainha, que dista apenas 579 m da sua propriedade, e que inviabilizará o projeto turístico que têm vindo a desenvolver. Referem ainda algum descontentamento

	<p>relativamente à torre meteorológica localizada na proximidade da habitação.</p> <p>Na sequência do veiculado nas exposições recebidas e acima sintetizadas, tecem-se os seguintes <u>comentários</u>:</p> <p>Na sequência do veiculado nas exposições recebidas e acima sintetizadas, tecem-se os seguintes comentários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ser solicitado à <b>Entidade Regional de Reserva Agrícola do Centro</b>, um parecer prévio vinculativo.</li> <li>• Devem ser facultados ao <b>EMFA</b>, os elementos finais do projeto de execução que permitam aferir quer as coordenadas de instalação, quer a sua altura máxima.</li> <li>• Deve ser informada a <b>REN</b>, antes da realização de quaisquer trabalhos nas faixas de servidão da RNT (mínimo de 15 dias úteis de antecedência).</li> <li>• Quanto à queixa relativa ao Ambiente Sonoro, foi possível apurar que na <b>Quinta das Nascentes</b>, localizada em Verdugal, Pêra do Moço, não se estima ultrapassagem dos valores limite estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído. Contudo, como medida preventiva, a referida habitação, constituindo um ponto de reclamação, será adicionada aos pontos de monitorização de ruído propostos, após entrada em funcionamento do parque, para melhor aferir os valores previstos.</li> <li>• No que se refere à torre meteorológica do Sub-Parque Galo-Rainha localizada na proximidade da habitação principal da <b>Quinta das Nascentes</b>, refere-se que a mesma é temporária, tendo servido para o estudo dos ventos para efeitos de dimensionamento do projeto. Assim, no projeto está prevista a sua desmontagem e remoção completa.</li> </ul> <p>Face aos resultados da consulta pública, considera-se que a generalidade das questões se encontra salvaguardada com a implementação das condicionantes, medidas e planos de monitorização constantes da presente decisão.</p>
<p><b>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</b></p>	<p>Do ponto de vista do <u>Ordenamento do Território</u>, considera-se salvaguardado o facto de se tratar dum uso não previsto (logo também não interdito) nos PDM de Celorico da Beira, Guarda e Pinhel, ambos de 1.ª geração, o mesmo é entendido como compatível com os usos previstos, bem como com os citados PDM.</p> <p>Ao nível das <u>Condicionantes ao Uso do Solo</u>: em relação à REN, consideram-se cumpridos os requisitos no âmbito do quadro de usos e ações compatíveis do Regime Jurídico da REN e nas condições então indicadas, face ao disposto na Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, que não impõe requisitos específicos; quanto à RAN, prevendo-se a afetação de solos integrados na RAN (concelhos de Celorico da Beira e Guarda) deve ser salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável, devendo o proponente adotar os procedimentos previstos no respetivo regime jurídico.</p> <p>A consulta às Plantas de <u>Outras Condicionantes que possam afetar a área de</u></p>

	<p><u>implantação do projeto</u>, dos PDM dos concelhos interferidos, permitiu verificar que a área de intervenção se encontra abrangida pelas seguintes:</p> <p><i>Câmara Municipal de Celorico da Beira</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A linha aérea a 60 kV atravessa as linhas de água ribeira da Velosa entre os apoios 45 e 46, atravessando também neste ponto a EM557-2; entre os apoios 61 e 62 atravessa o IP2 e entre o apoio 63 e 64 a EM 581.</li> <li>• O projeto incide sobre uma “zona de servidão de aeródromo a construir” ocupada com os apoios 3 a 8 e o traçado da linha a 60 kV entre eles. Verificando-se, contudo, que esta zona já foi ocupada por um troço de acesso ao IP2, pode deduzir-se que será uma pretensão deixada cair. A CM Celorico da Beira ser oficiada no sentido de clarificar esta opção, bem como a ANA.</li> </ul> <p><i>Câmara Municipal da Guarda</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Algumas das componentes de projeto, na área territorial do concelho da Guarda, interferem com “Solos mineralizados” a defender.</li> <li>• A linha aérea a 60 kV atravessa a ribeira do Massueime entre os apoios 23 e 24 da linha e a ribeira do Cerejo entre os apoios 35 e 36. A mesma linha travessa também a linha ferroviária da Beira Alta, entre os apoios 37 e 38 e cruza ainda com linhas de AT.</li> </ul> <p><i>Câmara Municipal de Pinhel</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre toda a área de intervenção (no concelho de Pinhel) do Sub-Parque de Argomil-Mouro, incluindo o edifício da subestação, impende a condicionante: zonas críticas de incêndio “classificação de muito sensível”.</li> <li>• A implantação do edifício de comando poderá ainda ter implicações no SNDFCI estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, dada a definição que consta da alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º.</li> </ul> <p>Adicionalmente verificou-se que o projeto atravessa uma faixa de servidão administrativa de gás natural, com 20 metros, na qual devem ser integralmente observadas todas as disposições aplicáveis, nomeadamente as distâncias mínimas de segurança.</p>
<p><b>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</b></p>	<p>Tendo em conta a tipologia do projeto, as suas características e as do território afetado, bem como a natureza dos aspetos ambientais associados, foram considerados mais relevantes para a decisão os seguintes fatores: Património, Sistemas Ecológicos e Paisagem.</p> <p>Da análise efetuada salientam-se os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto é <u>compatível com os instrumentos de gestão do território</u> em vigor para os concelhos abrangidos.</li> <li>• Ao nível das <u>Condicionantes ao Uso do Solo</u> serão afetadas áreas da reserva Ecológica nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN). Estas últimas carecem da autorização prévia por parte da respetiva ERRAN.</li> <li>• As infraestruturas sujeitas a <u>Servidões e Restrições de Utilidade Pública</u></li> </ul>

existentes na envolvente do projeto compreendem: rede elétrica, rede de transporte de gás natural, rede rodoviária nacional e regional, estradas e caminhos municipais, linha ferroviária, áreas de defesa contra incêndios e ainda uma zona de servidão de um aeródromo (concelho de Celorico da Beira). Neste sentido, estas servidões e restrições poderão ser acauteladas desde que cumpridas as regras e normas respeitantes às mesmas e obtidas as necessárias autorizações.

- Para a fase de construção perspetivam-se impactes negativos sobre a Geologia e na Geomorfologia, Uso do Solo, Socioeconomia, Sistemas Ecológicos, Ordenamento do Território, Ambiente Sonoro, Paisagem, Património, Recursos Hídricos e Saúde Humana. De entre estes destacam-se os impactes sobre os Sistemas Ecológicos, a Paisagem e o Património, os quais podem ser significativos a muito significativos sem a adoção de medidas adequadas. Quanto aos impactes positivos durante a construção, são de referir os socioeconómicos, associados aos efeitos temporários no emprego e nas atividades económicas locais.
- Na fase de exploração são expectáveis impactes negativos sobre os Sistemas Ecológicos (designadamente sobre a avifauna, quirópteros e lobo-ibérico) e sobre a Paisagem (intrusão visual). Saliente-se que os impactes na Paisagem não são minimizáveis. No que se refere aos impactes positivos durante a fase de exploração, são de salientar os socioeconómicos associados à produção nacional de energia a partir de uma fonte renovável. Estes impactes positivos podem ser considerados significativos.
- O Acompanhamento Ambiental da fase de exploração encontra-se acautelada pela implementação dos Programas de Monitorização previstos para: Avifauna, Quirópteros, Lobo-ibérico, Paisagem (Recuperação Paisagística), Saúde Humana e Ambiente Sonoro.
- Na Consulta Pública foram identificadas preocupações associadas aos seguintes temas: à cartografia apresentada no EIA; à necessidade de obtenção de diversos pareceres prévios; ao atravessamento de zonas de servidão de infraestruturas da RNTGN e RNT; e ainda ao ruído (face à proximidade de alguns aerogeradores a recetores sensíveis). Todas estas situações foram tidas em consideração na presente análise, tendo-se esclarecido os detalhes em cada situação e introduzido, sempre que possível, as necessárias medidas para a prevenção ou mitigação dos impactes negativos mais significativos.
- Os aspetos identificados nos pareceres emitidos pelas Entidades Externas consultadas foram analisados e integrados na presente decisão, sempre que aplicáveis.
- O conjunto de condicionantes, elementos a apresentar, medidas e planos de monitorização a adotar poderá contribuir para a minimização e compensação dos principais impactes negativos identificados. Admite-se ainda que os impactes residuais (isto é, que subsistirão na fase de exploração apesar da adoção de medidas de minimização) não serão de

	<p>molde a inviabilizar o projeto. Importa referir que, da ponderação dos benefícios e importância da concretização dos objetivos do projeto e face à necessidade do projeto num contexto regional, considera-se ser de aceitar esses impactos residuais.</p> <p>Face ao exposto, ponderando os impactos negativos identificados, na generalidade suscetíveis de minimização, e os impactos positivos perspetivados, <u>emite-se decisão favorável</u> ao projeto do “Parque Eólico do Sincelo”, em fase de projeto de execução, <u>condicionado</u> a algumas alterações de <i>layout</i>, à apresentação de elementos e ao cumprimento das medidas de minimização e dos planos de monitorização, que se indicam no capítulo seguinte.</p> <p>Por último, acresce evidenciar que a pronúncia favorável da CCDR Centro, no âmbito da AIA, compreende desde já a emissão de autorização da utilização de solos integrados na REN.</p>
--	--

Condicionantes
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Face à localização dos aerogeradores 1, 2, 8 e 9 do Sub-Parque Eólico de Argomil-Mouro relativamente aos elementos patrimoniais n.º 1, Capela da Senhora da Alagoa e cruzeiros e n.º 2, Capela de Santa Bárbara, a posição final dos mesmo fica dependente da aprovação do estudo previsto no Elemento a Apresentar n.º 1 da presente decisão.</li> <li>2. Ajustar o <i>layout</i> final do parque eólico e projetos associados de forma garantir o cumprimento dos resultados do Estudo de Integração Paisagística e das medidas de minimização, da presente decisão, destinadas à fase de projeto de execução. Todas as soluções devem localizar-se dentro da área de implantação do projeto definida no EIA e respeitar a planta de condicionamentos.</li> </ol>

Elementos a Apresentar
<p>Devem ser apresentados à autoridade de AIA, para apreciação e pronúncia, os seguintes elementos:</p> <p><u>Previamente ao licenciamento</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estudo de Integração Paisagística que permita equacionar as melhores soluções para enquadramento dos elementos patrimoniais n.º 1, Capela da Senhora da Alagoa e cruzeiros e n.º 2, Capela de Santa Bárbara, analisando a alteração do posicionamento dos aerogeradores 1, 2, 8 e 9 (Sub-Parque Eólico de Argomil-Mouro) e dos acessos e vala de cabos, de modo a evitar ou atenuar a perturbação do respetivo enquadramento, garantindo o afastamento adequado de todas as componentes/infraestruturas do projeto face aos elementos patrimoniais. Ressalve-se que, nesta circunstância, as posições alternativas a apresentar devem estar localizadas dentro da área de estudo do projeto.</li> <li>2. Ajustamento do <i>layout</i> final do projeto, acompanhado de cartografia compatível com a fase de projeto de execução, demonstrando o cumprimento das Condicionantes n.º 1 e 2 da presente decisão e tendo em conta a Planta de Condicionamentos.</li> </ol> <p><u>Previamente à construção</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>3. Resultados de prospeção arqueológica sistemática para o novo <i>layout</i>, de forma a complementar a(s) prospeção(ões) arqueológica(s) anteriores. Face ao novo <i>layout</i> do projeto e aos resultado das novas</li> </ol>

prospeções, apresentar nova avaliação de impactes patrimoniais e, se necessário, nova proposta de medidas de minimização.

4. Obter a aprovação prévia, por parte da DGEG, do plano de ações e trabalhos técnicos que incidam sobre a faixa de servidão administrativa de gás natural existente com 20 m de largura.
5. Planta de Acessos aos apoios da linha a 60kV e a 220kV sobrepostos ao projeto, sobre ortofotomapa. Deve incluir a delimitação gráfica das áreas de trabalho estimadas para cada plataforma de trabalho e a implantação de cada apoio.
6. Planta de Condicionamentos revista e atualizada.
7. Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI) para análise e aprovação. Este documento deve ser elaborado de acordo com as indicações constantes da presente decisão.
8. Programas de Monitorização definidos de acordo com as orientações constantes da presente decisão.

### Medidas de Minimização

Todas as medidas de minimização dirigidas à fase de construção devem constar no respetivo Plano de Acompanhamento Ambiental, o qual deve integrar o caderno de encargos da empreitada. A Autoridade de AIA deve ser previamente informada do início e término das fases de construção e de exploração do projeto, bem como do respetivo cronograma da obra, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências em matéria de pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA. Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

#### Fase de Projeto de Execução

##### *Medidas aplicáveis ao Sub-Parque Galo-Rainha*

1. Minimizar a expressão do talude da plataforma do AG3.
2. Relocalizar a plataforma do AG6 de forma a evitar a afetação de árvores de maior porte existentes, enquanto marca identitária da Paisagem.
3. Ajustar a posição e a configuração da plataforma do aerogerador 9, de forma a reduzir a extensão dos respetivos taludes.
4. Definir medidas de minimização específicas de integração e recuperação da plataforma do AG11, de forma a reduzir a extensão dos seus taludes.

##### *Medidas aplicáveis ao Sub-Parque Argomil-Mouro*

5. Proceder, sempre que possível, a ajustes na localização dos aerogeradores e respetivos acessos de forma a minimizar a afetação:
  - da vegetação autóctone, sobretudo de carvalhos;
  - dos afloramentos rochosos singulares e proeminentes e dos substratos rochosos à superfície, do tipo "laje", destacando-se em particular o aerogerador 7 e respetivo acesso
  - do enquadramento cénico dos afloramentos.

#### *Medidas aplicáveis às Linhas elétricas*

6. Proceder a ajustes dos apoios de forma evitar a afetação das seguintes áreas e elementos com valor visual elevado: carvalhos, azinheiras (estas duas espécies quando apresentam porte arbóreo), soutos, prados de lima, galerias ripícolas e afloramentos rochosos.
7. Adotar as medidas normalizadas (tipo EDP) antipouso e antinidificação na linha a 60 kV.
8. Assegurar a sinalização intensiva para aves (BFD) das linhas elétricas, com sinalizadores de espiral de fixação dupla de 35 cm de diâmetro de cor vermelha e branca, alternando as referidas cores. A sinalização entre os apoios 42 e 50 da linha a 60kV e entre os apoios 19 a 23 da linha elétrica a 220kV deve ser montada em cada cabo de guarda, de 10 em 10 m, disposta alternadamente (em perfil correspondente a um espaçamento aproximado de 5 m em 5 m).
9. Prever a colocação de balizagem aeronáutica diurna e noturna de acordo com a Circular Aeronáutica 10/03, de 6 de maio.

#### *Medidas gerais aplicáveis a todo o projeto*

10. Respeitar o exposto na planta de condicionamentos.
11. Nos acessos a construir, ou a melhorar, e nas plataformas de montagem não devem ser utilizados materiais impermeabilizantes.
12. Assegurar que, nos troços em que o acesso é ladeado por muros de pedra dispostos ao cutelo ou sebes arbóreas, em bom estado de conservação, o seu alargamento processa-se para o lado oposto ao dos valores indicados ou para o lado em que estes sejam menos expressivos.
13. Sempre que sejam afetados muros de pedra dispostos ao cutelo em bom estado de conservação, deve ser considerada a sua reposição em posição tão próxima quanto possível da original.
14. Sempre que sejam afetadas sebes arbóreas em bom estado de conservação, assegurar a plantação de novas sebes (de composição florística idêntica) no limite da intervenção que se processar no local.
15. Evitar a afetação de infraestruturas de abastecimento e saneamento, com especial atenção para as captações superficiais e subterrâneas (públicas e privadas) existentes na área de intervenção.
16. Prever um sistema de drenagem que assegure a manutenção do escoamento natural (passagens hidráulicas e valetas).
17. As valetas de drenagem não devem ser em betão, exceto nas zonas de maior declive, ou em outras desde que devidamente justificado.
18. Na conceção de todos os órgãos de drenagem deve proceder-se ao seu revestimento com pedra do local ou extraída da escavação, caso das valetas, bocas-de-lobo e tampas das caixas de visita ou de queda. No que se refere à eventual utilização de argamassas, as mesmas devem recorrer à utilização de uma pigmentação mais próxima da cor do terreno ou no limite através de utilização de cimento branco.
19. A rede de cabos subterrânea deve ser desenvolvida, preferencialmente, ao longo dos caminhos de acesso do parque eólico, devendo, sempre que tal não aconteça, ser devidamente justificado.
20. Prever a colocação de balizagem aeronáutica diurna e noturna de acordo com a Circular Aeronáutica 10/03, de 6 de Maio.
21. A conceção de eventuais novos acessos, a beneficiação dos existentes e da coroa pavimentada na envolvente imediata dos aerogeradores, deve considerar a utilização, na camada de desgaste, de soluções alternativas aos tradicionais "saibros" - altamente refletores de luz, de forma a reduzir o

impacte visual desse efeito. Devem ser utilizados materiais que permitam uma coloração/tonalidade próxima da envolvente.

22. Na conceção dos eventuais novos acessos, no reperfilamento dos existentes, e da plataforma final, o perfil tipo transversal a adotar deve prever a suavização em perfil sinusoidal com a envolvente.
23. As soluções para a iluminação exterior (subestações, edifícios de comando e sobre as entradas das torres) não devem ser geradoras de poluição luminosa. As mesmas devem acautelar todas as situações que conduzam a um excesso de iluminação artificial, com vista a minimizar a poluição luminosa. Todo o equipamento a utilizar no exterior deve assegurar a existência de difusores de vidro plano e fonte de luz oculta, para que o feixe de luz se faça segundo a vertical.
24. Obter autorização da respetiva ERRAN para afetação de solos inseridos na RAN.
25. Obter pronúncia das seguintes entidades: IP - Infraestruturas de Portugal; REN - Redes Energéticas Nacionais, S.A.; REN – Gasodutos; CMDFCI de Celorico da Beira, Guarda e Pinhel; EMFA - Estado Maior da Força Aérea; ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.; CMDFCI de Pinhel e CM Celorico da Beira.

#### Fase de Construção

##### *Planeamento dos trabalhos, estaleiros e áreas a interencionar*

26. Deve ser respeitado o exposto na planta de condicionamentos, atualizada.
27. Sempre que se venham a identificar elementos que justifiquem a sua salvaguarda, a planta de condicionamentos deve ser novamente atualizada.
28. Concentrar, no tempo, os trabalhos de obra, especialmente os que causem maior perturbação.
29. Programar os trabalhos de limpeza e movimentação geral de terras de forma a minimizar o período de tempo em que os solos ficam descobertos e a garantir que ocorram, preferencialmente, no período seco. Caso contrário, devem adotar-se as necessárias providências para o controle dos caudais nas zonas de obras, com vista à diminuição da sua capacidade erosiva.
30. Assegurar o escoamento natural em todas as fases de desenvolvimento da obra.
31. Informar os trabalhadores e encarregados das possíveis consequências de uma atitude negligente em relação às medidas minimizadoras identificadas, através da instrução sobre os procedimentos ambientalmente adequados a ter em obra (sensibilização ambiental).
32. Informar sobre a construção e instalação do projeto as entidades utilizadoras do espaço aéreo na zona envolvente do mesmo, nomeadamente, o SNBPC - Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, e entidades normalmente envolvidas na prevenção e combate a incêndios florestais, bem como as entidades com jurisdição na área de implantação do projeto.
33. Para efeitos de publicação prévia de Avisos à Navegação Aérea, deve ser comunicado ao EMFA - Estado Maior da Força Aérea e à ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. o início da instalação dos aerogeradores, devendo incluir-se nessa comunicação todas as exigências que constem nos pareceres anteriormente emitidos por estas entidades.
34. Facultar ao EMFA - Estado Maior da Força Aérea, os elementos finais do projeto de execução que permitam aferir quer as coordenadas de instalação quer a sua altura máxima.
35. Prever o acompanhamento dos trabalhos de construção do projeto, na sua globalidade, por técnicos da REN – Gasodutos, sempre que os trabalhos incidam na área de servidão desta infraestrutura enterrada. Neste âmbito, poderão ser aplicáveis medidas adicionais para manter a segurança das infraestruturas em causa.

36. Informar a REN - Redes Energéticas Nacionais, S.A., antes da realização de quaisquer trabalhos nas faixas de servidão da RNT, com um mínimo de 15 dias úteis de antecedência.
37. Informar as populações mais próximas acerca das ações de construção e respetiva calendarização, divulgando esta informação em locais públicos, nomeadamente nas juntas de freguesia e câmaras municipais.
38. Os estaleiros devem localizar-se em local a definir conjuntamente com a Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA) e devem ser organizados nas seguintes áreas:
  - Áreas sociais (contentores de apoio às equipas técnicas presentes na obra);
  - Deposição de resíduos: deverão ser colocadas duas tipologias de contentores - contentores destinados a Resíduos Sólidos Urbanos e equiparados e contentor destinado a resíduos de obra;
  - Armazenamento de materiais poluentes (óleos, lubrificantes, combustíveis): esta zona deve ser impermeabilizada e coberta e dimensionada para que, em caso de derrame acidental, não ocorra contaminação das áreas adjacentes;
  - Estacionamento de viaturas e equipamentos;
  - Deposição de materiais de construção.
39. A área do estaleiro não deve ser impermeabilizada, com exceção dos locais de manuseamento e armazenamento de substâncias poluentes.
40. O estaleiro deve possuir instalações sanitárias amovíveis. Em alternativa, caso os contentores que servirão as equipas técnicas possuam instalações sanitárias, as águas residuais deverão drenar para uma fossa séptica estanque, a qual terá de ser removida no final da obra.
41. Não devem ser efetuadas operações de manutenção e lavagem de máquinas e viaturas no local do Parque. Caso seja imprescindível, deverão ser criadas condições que assegurem a não contaminação dos solos.
42. Caso venham a ser utilizados geradores no decorrer da obra, para abastecimento de energia elétrica do estaleiro, nas ações de testes dos aerogeradores ou para outros fins, estes deverão estar devidamente acondicionados de forma a evitar contaminações do solo.
43. Em condições climáticas adversas, nomeadamente dias secos e ventosos, devem ser utilizados sistemas de aspersão nas áreas de circulação.
44. Deve ser condicionada a circulação de viaturas e pessoas fora dos corredores e áreas estritamente necessários para a execução da obra.
45. A fase de construção deve restringir-se às áreas estritamente necessárias, devendo proceder-se à balizagem prévia das áreas a intervencionar. Para o efeito, devem ser delimitadas as seguintes áreas:
  - Estaleiro: deve ser vedado em toda a sua extensão.
  - Acessos: deve ser delimitada uma faixa de no máximo 2 m para cada lado do limite dos acessos a construir. Nas situações em que a vala de cabos acompanha o traçado dos acessos, a faixa a balizar será de 2 m, contados a partir do limite exterior da área a intervencionar pela vala.
  - Aerogeradores e plataformas: deve ser limitada uma área máxima de 2 m para cada lado da área a ocupar pelas fundações e plataformas. As ações construtivas, a deposição de materiais e a circulação de pessoas e maquinaria devem restringir-se às áreas balizadas para o efeito.
  - Locais de depósitos de terras.

- Outras zonas de armazenamento de materiais e equipamentos que, pela sua dimensão, não podem ser armazenados no estaleiro.
  - Áreas a intervencionar para instalação dos apoios da linha e respetivos acessos.
46. Os serviços interrompidos, resultantes de afetações planeadas ou acidentais, devem ser restabelecidos o mais brevemente possível.
47. Verificar, em fase prévia ao início da obra, a relação de proximidade entre o desenho topográfico final do projeto e os elementos de interesse patrimonial já identificados, implementando, caso se justifique, medidas de minimização ou anulação de eventuais impactes negativos.
48. Garantir a conservação *in situ* de todas as ocorrências que se encontram na envolvente das áreas diretamente afetadas pela construção do projeto.
49. Em fase prévia à obra efetuar a sinalização e vedação das ocorrências que se patrimoniais encontram a menos de 25 m das componentes do projeto. Sinalizar as ocorrências patrimoniais que se encontrem a menos de 50 m das componentes do projeto.
50. Antes do início da obra efetuar a prospeção arqueológica das áreas de extração de terras de empréstimo, de depósito de terras sobranes, dos apoios de linha elétrica aérea e acessos, caso anteriormente não tivessem sido prospetadas ou que tivessem apresentado visibilidade nula a reduzida; de acordo com os resultados destes trabalhos deve proceder-se ainda à alteração / ajuste da localização das componentes de projeto que interfiram com ocorrências de interesse arqueológico ou preconizar medidas de minimização específicas.
51. Na fase prévia ao início dos trabalhos de construção, efetuar os trabalhos arqueológicos para localização do elemento patrimonial Lagar da Lavandeira 1 (n.º 11/CNS 24541).
52. Na fase prévia ao início dos trabalhos de construção, efetuar o registo topográfico, gráfico e fotográfico e elaborada memória descritiva dos elementos patrimoniais n.º 3 - Galo 1, n.º 4 - Galo 2, e n.º 6 - Bachoco 1.
53. Os elementos patrimoniais n.º 4 - Galo 2 e n.º 6 - Bachoco 1 devem ser protegidos na fase de construção através da instalação de geotêxtil e de uma camada de terra, a remover no final dos trabalhos de construção. Em caso de afetação dos muros, estes devem ser reconstruídos.
54. Na fase de construção deve ser efetuado o Acompanhamento Arqueológico integral de todas as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), desde a fase preparatória da obra, como a instalação do estaleiro, abertura de caminhos e desmatção; o acompanhamento deve ser continuado e efetivo pelo que se houver mais que uma frente de obra a decorrer em simultâneo terá de se garantir o acompanhamento de todas as frentes.
55. Se, na fase na fase preparatória da obra ou de construção, forem detetados vestígios arqueológicos, a obra deve ser suspensa nesse local, e o arqueólogo obrigado a comunicar de imediato à tutela do Património Cultural essa ocorrência, devendo igualmente propor as medidas de minimização a implementar.
56. Após a desmatção deve ser efetuada a prospeção arqueológica sistemática das áreas de incidência do projeto (acessos, valas de cabos, plataformas dos aerogeradores, apoios da linha elétrica) incluindo ainda áreas de estaleiro, depósitos temporários e de empréstimos de inertes.
57. As ocorrências arqueológicas que vierem a ser reconhecidas no decurso das prospeções e do acompanhamento arqueológico da obra devem, tanto quanto possível e em função do valor do seu

valor patrimonial, ser conservadas *in situ*, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual, ou serem salvaguardadas pelo registo.

58. Os resultados obtidos nestes trabalhos arqueológicos poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas adicionais como sejam: registo documental, sondagens, escavações arqueológicas, entre outras.
59. Os achados móveis efetuados no decurso destas medidas devem ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do Património Cultural.

#### *Desmatação e Movimentação de Terras*

60. A verificar-se a presença de espécies vegetais exóticas invasoras nas áreas a desmatar, o material vegetal proveniente do seu corte deve ser totalmente separado do restante material vegetal e devidamente acondicionado, protegendo-o do efeito de ventos. O corte deve ser realizado fora da fase de produção de semente. A estilhagem e o espalhamento deste material não podem ser considerados como ações a desenvolver. No transporte deste material, a destino final adequado, deve ser assegurada a não propagação das espécies exóticas em causa, pelo que devem ser tomadas as medidas de acondicionamento adequadas a cada uma destas.
61. Toda a terra viva/vegetal que seja decapada em áreas onde se encontrem espécies vegetais invasoras deve ser totalmente separada da restante terra viva/vegetal a reutilizar nas ações de recuperação e integração paisagística. A referida terra com vestígios de espécies invasoras deve ser levada a depósito definitivo, devidamente acondicionada.
62. A progressão da máquina nas ações de decapagem deve fazer-se sempre em terreno já anteriormente decapado, ou a partir do acesso adjacente, para evitar que a máquina circule sobre a área já decapada. Deve também ser evitado o recurso a máquinas de rasto para que não ocorra a compactação das camadas inferiores do solo.
63. Os trabalhos de desmatação e decapagem de solos devem ser limitados às áreas estritamente necessárias à execução dos trabalhos, procedendo-se à reconstituição do coberto vegetal de cada zona de intervenção logo que as movimentações de terras tenham terminado. As áreas adjacentes às áreas a intervencionar pelo projeto não devem ser desmatadas ou decapadas.
64. Evitar a ocupação de áreas sensíveis com maior vulnerabilidade, nomeadamente áreas de erosão hídrica. Nas situações em que tal não seja possível face a outras condicionantes presentes no território, as mobilizações de solo devem ser realizadas segundo as curvas de nível, de modo a evitar o aumento da erosão do solo e o transporte de material sólido para o meio hídrico, sendo interdita a deposição de resíduos sólidos ou entulho de qualquer tipo, bem como a constituição de depósitos de terras soltas em áreas declivosas e sem dispositivos que evitem o seu arrastamento;
65. Na execução das fundações das plataformas deve ser minimizada a dimensão das áreas de trabalho.
66. As operações de escavação devem privilegiar, sempre que possível, a utilização de meios mecânicos, para não introduzir perturbações excessivas no maciço rochoso.
67. As terras resultantes das escavações devem ser reutilizadas, sempre que possível, nas obras de construção onde haja necessidade de aterro, nomeadamente nos acessos a construir, na construção e regularização das plataformas dos aerogeradores. Caso tal não seja possível, devem ser levadas para aterro licenciado.
68. Devem ser salvaguardadas todas as espécies arbóreas e arbustivas autóctones que não perturbem a execução da obra.

69. Implementar medidas de proteção e/ou sinalização das árvores e arbustos, fora das áreas a intervencionar, e que, pela proximidade a estas, possam ser acidentalmente afetadas.
70. Durante as ações de escavação, a camada superficial de solo (terra vegetal) deve ser cuidadosamente removida e depositada em pargas para posterior redistribuição pelos diferentes locais intervencionados.
71. As pargas de terra vegetal proveniente da decapagem superficial do solo não devem ultrapassar os 2 metros de altura e devem localizar-se na vizinhança dos locais de onde foi removida a terra vegetal. Estas zonas devem ser planas e bem drenadas. A terra vegetal decapada deve ser utilizada nas ações de recuperação da mesma empreitada.
72. Caso se revele necessária a utilização de explosivos, deve recorrer-se a técnicas de pré-corte e ao uso de microrretardadores, atenuando desta forma a intensidade das vibrações produzidas.
73. A eventual utilização de explosivos nas escavações poderá originar alterações no padrão de circulação e nos níveis das águas subterrâneas e, em última análise, afetar as disponibilidades de água subterrânea. Esta situação deve assim ser devidamente acompanhada.

*Gestão de materiais, resíduos e efluentes*

74. Não podem ser instaladas centrais de betão na área de implantação do parque eólico e projetos associados.
75. Todos os materiais inertes e terras de empréstimo que eventualmente venham a ser utilizados não devem ser provenientes de áreas ocupadas por espécies vegetais exóticas invasoras.
76. Não utilizar recursos naturais existentes no local de implantação do projeto. Excetua-se o material sobranço das escavações necessárias à execução da obra.
77. Implementar um Plano de Gestão de Resíduos (PGR) que permita o adequado armazenamento e encaminhamento dos resíduos resultantes da obra.
78. Deve ser designado, por parte do Empreiteiro, o Gestor de Resíduos. Este será o responsável pela gestão dos resíduos segregados na obra, quer ao nível da recolha e acondicionamento temporário no estaleiro, quer ao nível do transporte e destino final, recorrendo para o efeito a operadores licenciados.
79. O Gestor de Resíduos deve arquivar e manter atualizada toda a documentação referente às operações de gestão de resíduos. Deve assegurar a entrega de cópia de toda esta documentação à EAA para que a mesma seja arquivada no Dossier de Ambiente da empreitada.
80. É proibido efetuar qualquer descarga ou depósito de resíduos ou de qualquer outra substância poluente, direta ou indiretamente, sobre os solos ou linhas de água, ou em qualquer local que não tenha sido previamente autorizado.
81. Não armazenar, ainda que temporariamente, os materiais resultantes das escavações e da decapagem dos solos a menos de 50 m das linhas de água.
82. Deve proceder-se à recolha diária dos resíduos segregados nas frentes de obra e ao seu armazenamento temporário no estaleiro, devidamente acondicionados e em locais especificamente preparados para o efeito.
83. Os resíduos resultantes das diversas obras de construção (embalagens de cartão, plásticas e metálicas, armações, cofragens, entre outros) devem ser armazenados temporariamente num contentor na zona de estaleiro, para posterior transporte para local autorizado.

84. Os resíduos sólidos urbanos e os equiparáveis devem ser triados de acordo com as seguintes categorias: vidro, papel/cartão, embalagens e resíduos orgânicos. Estes resíduos podem ser encaminhados e recolhidos pelo circuito normal de recolha de RSU do município onde se desenvolve a obra ou por uma empresa designada para o efeito.
85. O material inerte proveniente das ações de escavação deve ser depositado na envolvente dos locais de onde foi removido, para posteriormente ser utilizado nas ações de aterro (aterro das fundações ou execução das plataformas de montagem).
86. O material inerte que não venha a ser utilizado (excedente) deve ser, preferencialmente, utilizado na recuperação de zonas degradadas ou, em alternativa, transportado para aterro licenciado.
87. Proteger os depósitos de materiais finos da ação dos ventos e das chuvas.
88. Deve ser assegurada a remoção controlada de todos os despojos de ações de decapagem e de desmatação necessárias à implantação do Projeto, podendo ser aproveitados na fertilização dos solos.
89. Caso, acidentalmente, ocorra algum derrame fora das zonas destinadas ao armazenamento de substâncias poluentes, deve ser imediatamente aplicada uma camada de material absorvente e removidos os solos afetados para locais adequados, a indicar pela entidade responsável pela fiscalização ambiental, onde não causem danos ambientais adicionais.
90. Durante as betonagens, deve proceder-se à abertura de bacias de retenção para lavagem das caleiras das betoneiras. Estas bacias devem ser localizadas em zonas a intervencionar, preferencialmente, junto aos locais a betonar. A capacidade das bacias de lavagem de betoneiras deve ser a mínima indispensável à execução da operação. Finalizadas as betonagens, a bacia de retenção será aterrada e alvo de recuperação.
91. O transporte de materiais suscetíveis de serem arrastados pelo vento deve ser efetuado em viatura fechada, ou devidamente acondicionados e cobertos, caso a viatura não seja fechada.
92. Proceder à inspeção periódica dos veículos e maquinaria de modo a manter as condições do seu bom funcionamento.
93. Proceder à limpeza das linhas de água que sejam eventualmente interferidas pela obra, de forma a anular qualquer obstrução total ou parcial;

#### *Acessos, plataformas e fundações*

94. O tráfego de viaturas pesadas deve ser efetuado em trajetos que evitem ao máximo o incómodo para as populações. Caso seja inevitável o atravessamento de localidades, o trajeto deve ser o mais curto possível e ser efetuado a velocidade reduzida.
95. Limitar a circulação de veículos motorizados, por parte do público em geral, às zonas de obra.
96. Garantir que as operações mais ruidosas que se efetuem na proximidade dos recetores sensíveis cumpram os valores limites impostos pela legislação em vigor.
97. No caso de não existirem acessos que sirvam os propósitos da obra, devem ser apenas abertos trilhos que permitam a passagem do equipamento e da maquinaria envolvida na fase de construção, os quais terão que ser devidamente naturalizados no final da obra.

#### Fase Final da Construção

98. Apresentar, em articulação com as entidades regionais e locais, propostas de ações relativas à investigação, salvaguarda e valorização, bem como de divulgação do património cultural.

#### Fase de Exploração

99. As ações relativas à exploração e manutenção devem restringir-se às áreas já ocupadas, devendo ser compatibilizada a presença do parque com as outras atividades presentes.
100. Sempre que se desenvolvam ações de manutenção, reparação ou de obra, deve ser fornecida para consulta a Planta de Condicionamentos atualizada aos responsáveis e cumpridas as medidas de minimização, previstas para a fase de construção, aplicáveis.
101. Proceder à manutenção, conservação e limpeza dos acessos e zonas envolventes do projeto, de modo a garantir uma barreira à propagação de eventuais incêndios e a possibilitar o acesso e circulação a veículos de combate a incêndios.
102. Assegurar o correto funcionamento do sistema de drenagem de águas pluviais a implementar na Subestação, através de vistorias e operações de limpeza dos órgãos de drenagem;
103. Colocar, na zona do parque eólico, sinalética disciplinadora e condicionante de comportamentos que suscitem um aumento do risco de incêndio.
104. A iluminação do parque eólico deve ser reduzida ao mínimo recomendado para segurança aeronáutica, de modo a não constituir motivo de atração para aves ou morcegos.
105. Implementar um programa de manutenção de balizagem, comunicando à ANA qualquer alteração verificada e assegurar uma manutenção adequada na fase de exploração do parque eólico para que o sistema de sinalização funcione nas devidas condições.
106. Encaminhar os diversos tipos de resíduos resultantes das operações de manutenção e reparação de equipamentos para os operadores de gestão de resíduos.
107. Os óleos usados nas operações de manutenção periódica dos equipamentos devem ser recolhidos e armazenados em recipientes adequados e de perfeita estanquicidade, sendo posteriormente transportados e enviados a destino final apropriado, recebendo o tratamento adequado a resíduos perigosos.
108. Garantir revisões periódicas com vista à manutenção dos níveis sonoros de funcionamento dos aerogeradores.
109. Caso o funcionamento do parque eólico venha a provocar interferência/perturbações na receção radioelétrica em geral e, de modo particular, na receção de emissões de radiodifusão televisiva, devem ser adotadas medidas para a resolução do problema.
110. Se surgir alguma conflitualidade com o funcionamento dos equipamentos de feixes hertzianos da força aérea, devem ser efetuadas as correções necessárias.
111. Em caso de aparecimento de espécies vegetais exóticas com características invasoras, na área de implantação do projeto e faixa de 100 m em seu redor, desde que não se encontre patente no local o motivo para tal aparecimento, as referidas espécies devem ser alvo de um projeto de erradicação, a apresentar para análise e pronúncia.

#### Fase de Desativação

112. Tendo em conta o horizonte de tempo de vida útil dos parque eólico, de 25 anos, e a dificuldade de prever as condições ambientais locais e instrumentos de gestão territorial e legais que irão estar em vigor, deve o promotor, no último ano de exploração do Projeto, apresentar a solução futura de ocupação da área de implantação do parque eólico e projetos associados.

Assim, no caso de reformulação ou alteração do parque eólico, sem prejuízo do quadro legal então em vigor, deve ser apresentado o estudo das alterações previstas, referindo especificamente as ações

a ter lugar, os impactes previsíveis e as medidas de minimização. Deve igualmente ser indicado o destino a dar aos elementos a retirar do local.

Se a alternativa passar pela desativação, deve ser apresentado um plano pormenorizado, contemplando nomeadamente:

- A solução final de requalificação da área de implantação do parque eólico e projetos associados, a qual deve ser compatível com o direito de propriedade, os instrumentos de gestão territorial e com o quadro legal então em vigor;
- As ações de desmantelamento e obra;
- O destino a dar a todos os elementos retirados;
- A definição das soluções de acessos ou de outros elementos a permanecer no terreno;
- Um plano de recuperação final de todas as áreas afetadas.

De uma forma geral, todas as ações devem obedecer às diretrizes e condições identificadas no momento da aprovação do parque eólico, sendo complementadas com o conhecimento e imperativos legais que forem aplicáveis no momento da sua elaboração.

113. Deve ser assegurado o acompanhamento arqueológico.

#### PLANO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DA OBRA (PAAO).

Implementar o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO). O Acompanhamento Ambiental da Obra (AAO) deve ter em consideração os aspetos a seguir mencionados.

1. Deve iniciar-se na fase que antecede a obra, aquando do planeamento desta, e estender-se até à conclusão da construção.
2. Antes da construção devem ser efetuados os últimos ajustes ao projeto, decorrentes dos requisitos ambientais requeridos na DIA, bem como decorrentes da visita conjunta da equipa de fiscalização ambiental, do projetista e do empreiteiro ao local de implantação do projeto, após este ter sido devidamente piquetado (identificação dos elementos do projeto no terreno, com estacas e/ou balizagens).
3. Caso haja necessidade de efetuar ajustamentos ao projeto, submetido ao processo de AIA, ou às atividades de construção previstas, deve o promotor submeter essas alterações à prévia apreciação da Autoridade de AIA.
4. Os objetivos deste plano, na fase de construção, devem basear-se nos seguintes aspetos:
  - Verificar o cumprimento da aplicação das condicionantes e medidas de minimização, bem como da legislação ambiental aplicável às ações desenvolvidas na obra;
  - Aplicar adequadamente as medidas de minimização de potenciais impactes ambientais negativos;
  - Adaptar as medidas de minimização a situações concretas da obra, a ajustes de Projeto e a situações imprevistas, resultantes ou não de reclamações.
5. A Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA) deve ser composta por um ou mais técnicos com formação na área de Ambiente ou afim. Para além dos técnicos afetos ao Acompanhamento Ambiental da Obra, esta equipa deve ainda integrar um arqueólogo. A EEA deve, nomeadamente, assegurar e verificar a implementação do exposto no PAAO, efetuar visitas periódicas à obra (ajustada às necessidades da obra) e proceder, sempre que aplicável, ao registo de Constatações Ambientais

(identificação de situações que constituam Não Conformidades com a legislação ambiental em vigor, com a DIA ou com o PAAO, ou situações que ainda que não constituam Não Conformidade mas carecem da tomada de medidas de minimização adicionais com vista à sua correção/melhoria) e elaborar RAAO.

6. O PAAO deve apresentar um cronograma atualizado da obra, a metodologia a adotar no AAO, as medidas de minimização aplicáveis à obra, uma listagem da legislação aplicável à obra, a periodicidade dos Relatórios de Acompanhamento Ambiental da Obra (RAAO) a enviar à Autoridade de AIA, e a planta de condicionamentos.
7. A Planta de Condicionamentos deve ser efetuada para o projeto, à escala 1:5 000 ou superior, no caso do parque. Sempre que se venham a identificar novos elementos que justifiquem a sua salvaguarda, a Planta de Condicionamentos deve ser atualizada. Estas plantas devem apresentar todos os elementos do projeto, áreas dos estaleiros e todas as áreas que sejam afetadas à obra (mesmo que provisórias), e todos os condicionamentos (consoante os níveis de salvaguarda necessária – zonas exclusão, áreas interditas a determinada ação, áreas a evitar, etc.). Deve ser distribuída a todas as pessoas afetadas à obra. As áreas de estaleiro e parques de materiais ficam interditos em todos os locais onde foram detetadas ocorrências patrimoniais e devem garantir um afastamento no mínimo de cerca de 50 metros do limite exterior de todas as ocorrências patrimoniais. Os acessos a construir de novo, ou os que carecerem de melhoramento, devem garantir um afastamento no mínimo de cerca de 50 metros do limite exterior de todas as ocorrências patrimoniais constantes da Planta de Condicionamentos atualizada, ou ser demonstrada a inevitabilidade de um afastamento menor.
8. Relativamente aos RAAO, deve ser elaborado um Relatório Preliminar, com base na visita ao local do Projeto a realizar pela EEA, projetista e empreiteiro, após este ter sido devidamente piquetado, dando informação, nomeadamente, de qualquer alteração/adaptação do Projeto ou medidas de minimização. Durante a fase de construção, devem ser apresentados Relatórios Parcelares do AAO que devem retratar, nomeadamente, a evolução da obra, a verificação da implementação do PAAO, as visitas efetuadas, eventuais dificuldades e reclamações, as ações de sensibilização, eventuais Constatações Ambientais e verificação do cumprimento das medidas de minimização, apoiado num adequado registo fotográfico. Salienta-se que, quando constam destes relatórios propostas de alterações ao Projeto ou às ações de obra, os mesmos devem ser destacados na carta que acompanha o RAAO, para que a Autoridade de AIA proceda às devidas diligências.

#### PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS INTERVENZIONADAS (PRAI)

Implementar o Plano de Recuperação das Áreas Afetadas (PRAI), o qual deve ter em consideração os aspetos a seguir mencionados:

1. Deve ser apresentado como um documento autónomo.
2. Deve identificar, cartograficamente, os locais onde serão concretizadas as ações de recuperação, distinguindo para cada área o conjunto de ações a realizar. Estas ações devem incidir sobre todas as áreas intervenzionadas durante a obra, nomeadamente, o local dos estaleiros, envolvente dos aerogeradores, das subestações, dos apoios das linhas elétricas, das torres meteorológicas permanentes (base das fundações e plataformas de montagem), bem como, as valas da rede de cabos, taludes de escavação e aterro, acessos permanentes e temporários (ex: linha elétrica), etc.
3. Para cada área afetada e a recuperar deve ser estabelecido o tipo ou conjunto de ações – remoção de todos os materiais em profundidade das camadas dos pavimentos, limpeza de todos os resíduos de

obra e alóctones, remobilização, descompactação e arejamento dos solos, despedrega, modelação, colocação de terra vegetal, restabelecimento das condições naturais de infiltração das águas, etc - a realizar em função da utilização que cada uma teve. Cada área em causa deve estar referenciada ao tipo ou ao conjunto de ações a executar.

4. Deve incluir a definição da camada de terra a espalhar de forma a acomodar todo o volume das terras vivas/vegetais provenientes da decapagem com clara exceção da obtida em áreas ocupadas com espécies.
5. Considerar as seguintes ações de recuperação a concretizar após finalizados os trabalhos de construção:
  - Limpeza das Frentes de Obra: concluídos os trabalhos de construção civil e de montagem de equipamento, deve o empreiteiro proceder à limpeza de todas as frentes de obra. Esta compreenderá, entre outras, ações como desmantelamento dos estaleiros, remoção de eventuais resíduos, remoção de materiais de construção, bem como de equipamentos não necessários às ações de recuperação.
  - Acessos: devem ser encerrados todos os acessos que não sirvam a fase de exploração. No final dos trabalhos, devem ainda ser reparados todos os acessos (existentes anteriormente à obra) danificados pela circulação de veículos afetos à obra e repostas as condições naturais.
  - Estaleiro: todas as áreas de apoio à obra que se encontrem compactadas, devem ser mobilizadas até cerca de 0,20 a 0,30 m de profundidade. Devem, previamente, ser removidos os materiais externos que tenham sido utilizados para cobrir o terreno natural, tais como *tout-venant* e brita e repostas as condições naturais.
  - Plataformas de montagem dos aerogeradores: finalizados os trabalhos de montagem de equipamento, as plataformas devem ser parcialmente destruídas, ficando apenas a área indispensável às ações de manutenção e substituição de equipamento em caso de avaria. Deve ser mantida em *tout-venant* uma área de cerca de 6 m de largura em redor do aerogerador, de forma a assegurar a circulação de veículos das equipas de manutenção. Na restante área da plataforma deve ser aplicada uma camada de terra vegetal, de forma a assegurar a recolonização natural destas áreas pela vegetação autóctone.
  - Valas abertas para a instalação da rede de cabos: após o enchimento da vala aberta, com a terra proveniente da sua escavação, deve ser colocada terra vegetal para potenciar a recuperação do coberto vegetal.
  - Modelação do Terreno: todas as áreas sujeitas a intervenção durante a empreitada de construção devem ser modeladas antes de se iniciarem os trabalhos de preparação do terreno propriamente ditos. O terreno deve ser colocado às cotas definitivas de projeto, removendo toda a terra sobrança ou colocando a terra própria necessária, de modo a serem respeitadas as cotas e a modelação expressas no projeto, ou indicadas no decorrer dos trabalhos, no sentido de estabelecer a concordância entre os planos definidos no projeto mediante superfícies regradadas e harmónicas, numa perfeita ligação com o terreno natural.
  - Taludes: os taludes existentes ao longo dos caminhos de acesso, que não sejam em rocha, devem ter um declive máximo de 1/3 (V/H). Sobre estes, bem como em toda a área envolvente que tenha sofrido desmatamento ou compactação do solo, deve ser aplicada uma camada de terra vegetal.
  - Espalhamento de Terra Vegetal: a modelação deve ter em conta o sistema de drenagem superficial dos terrenos marginais e da plataforma dos acessos. A superfície do terreno deve

apresentar-se, imediatamente antes da distribuição da terra vegetal, com o grau de rugosidade indispensável para permitir uma boa aderência à camada de terra vegetal de cobertura e não apresentar indícios de erosão superficial. Nos casos em que haja indícios de erosão deve proceder-se a uma ligeira mobilização superficial do terreno para colmatar os sulcos e ravinas em pontos já erodidos. Apenas é autorizada a aplicação de terra vegetal proveniente da própria obra. Não deve ser utilizada terra vegetal proveniente do exterior, salvo expressa autorização prévia da Autoridade de AIA. A camada de revestimento deve ter uma espessura aproximada 0,20 m. O espalhamento pode ser feito manual ou mecanicamente, com auxílio de maquinaria dotada de pá frontal.

- Drenagem: deve ser assegurado o correto revestimento dos novos taludes de forma a evitar fenómenos de erosão, alteração das linhas de água e da drenagem superficial. Deve igualmente ser assegurado o restabelecimento das condições naturais de infiltração, com a descompactação e arejamento dos solos e das áreas utilizadas temporariamente durante a obra (estaleiros, acessos, etc), de forma a permitir o restabelecimento das condições de infiltração.
- Proceder à limpeza das linhas de água e de drenagem que sejam eventualmente interferidas pela obra, de forma a anular qualquer obstrução total ou parcial.
- Coberto vegetal: deve ser dada prioridade à recolonização natural a partir da germinação das sementes presentes na terra vegetal. Caso não ocorra a recuperação natural de determinadas áreas, pode ser proposta à Autoridade de AIA uma solução alternativa que vise o restabelecimento do coberto vegetal.
- Prever medidas dissuasoras e/ou de proteção temporária – vedações, paliçadas - no que diz respeito ao acesso – pisoteio, veículos - nos locais a recuperar e mais sensíveis, de forma a permitir a recuperação e a instalação da vegetação natural.

6. De forma a verificar a eficácia das medidas implementadas nas áreas intervencionadas, deve ser efetuado o acompanhamento da recuperação:

- Para o efeito devem ser realizadas visitas aos locais afetados pelas obras de construção durante um período de dois anos, após a concretização das ações de recuperação. Estas visitas visam verificar a evolução da vegetação nos locais afetados, e envolvente direta, bem como identificar não recuperações ou recuperações deficientes, cuja razão deve ser compreendida.
- Na sequência de cada visita deve ser elaborado um relatório, a entregar à Autoridade de AIA, onde seja descrita a evolução da vegetação nas áreas afetadas e envolvente, identificadas as áreas não recuperadas e as respetivas razões, e propostas medidas de minimização e novas campanhas de verificação, caso necessário. Para uma melhor apreensão da evolução da vegetação, os relatórios devem apresentar um bom registo fotográfico, comparando os cenários existentes antes da obra, após a conclusão da obra e após cada ação de recuperação.

#### PLANO DE GESTÃO E RECONVERSÃO DA FAIXA DE PROTEÇÃO LEGAL DA LINHA (PGRFP LL)

Implementar o Plano de Gestão e Reconversão da Faixa de Proteção Legal da Linha (PGRFP LL), o qual deve ser constituído por peças escritas e desenhadas, com o seguinte conteúdo mínimo:

- i. Cartografia a localização das áreas onde se registre regeneração natural com vista à sua preservação e proteção.
- ii. Identificação e delimitação cartográfica das áreas passíveis de serem reconvertidas através da

plantação de espécies autóctones.

- iii. Elenco de espécies a considerar, garantindo a sua diferenciação no que se refere aos locais de plantação, como por exemplo linhas de água, ou de escorrência preferencial.
- iv. Plano de Manutenção.

#### PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

Implementar os programas de monitorização propostos no EIA, revistos de acordo com as seguintes orientações.

**1. Programa Monitorização da Avifauna dos Sub-Parques Eólicos de Argomil-Mouro e de Galo Rainha, da Linha a 60 kV e da Linha a 220 kV:**

- Deve ser monitorizado o Ano 0 (Ano de Referência) e o Ano 1 (Fase de Construção) e os Anos 2, 3 e 4 (Fase de Exploração com mais de metade dos aerogeradores em funcionamento). Após os três anos da Fase de Exploração, tendo em conta a análise dos resultados entretanto recolhidos, será equacionada a necessidade de se prolongar o programa de monitorização ou de se alterar a metodologia do mesmo, nomeadamente a forma de monitorizar a implementação das medidas de minimização/compensação que venham a ser estabelecidas.

**2. Programa de Monitorização dos Quirópteros dos Sub-Parques Eólicos de Argomil-Mouro e de Galo Rainha:**

- Deve ser monitorizado o Ano 0 (Ano de Referência) e o Ano 1 (Fase de Construção) e os Anos 2, 3 e 4 (Fase de Exploração com mais de metade dos aerogeradores em funcionamento). Após os três anos da Fase de Exploração, tendo em conta a análise dos resultados entretanto recolhidos, será equacionada a necessidade de se prolongar o programa de monitorização ou de se alterar a metodologia do mesmo, nomeadamente a forma de monitorizar a implementação das medidas de minimização/compensação que venham a ser estabelecidas.
- Considerando a existência de um abrigo de morcegos a 1,5 km a sul da linha elétrica, concretamente na encosta da Serra da Estrela, devem ser monitorizados os abrigos num raio de 5 km.
- A visita a abrigos, o transporte de cadáveres de morcegos e a captura e manuseamento de indivíduos carecem de licenças a emitir pelo ICNF, IP.

**3. Programa de Monitorização do Lobo-ibérico dos Sub-Parques Eólicos de Argomil-Mouro e de Galo Rainha:**

- Caso a área de estudo (5 km em redor do empreendimento) abranja uma área não superior a 100 km<sup>2</sup>, deve ser utilizada uma grelha de 2x2 m.
- Sempre que a área de estudo se sobreponha parcialmente a áreas vitais conhecidas de alcateias (de acordo com o definido em Pimenta *et al.* 2005, se não houver informação mais atualizada), a área de estudo deve integrar a totalidade destas áreas.
- Para avaliar o efeito de exclusão, devem ser estabelecidas duas estações de amostragem fixas em cada uma das quadrículas selecionadas. É aconselhável selecionar possíveis estações alternativas, para além daquelas que irão ser usadas, para o caso de se verificar a necessidade de proceder a alterações de localização das estações de amostragem fixas em uso.

#### **4. Programa de Monitorização do Ambiente Sonoro**

Aos pontos de medição constantes do Plano de Monitorização proposto no EIA, deve ser adicionada a habitação da “Quinta das Nascentes”, localizada em Verdugal, Pêra do Moço, para aferição dos valores previstos.